

Lei do gás: indefinições preocupam agentes do setor elétrico

Executivos da CBIEE e da Abrace criticam intenção do governo de enviar à Câmara dos Deputados outro projeto de lei

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre
09/02/2006

Com a indefinição sobre a aprovação do projeto de lei do gás do senador Rodolpho Tourinho (PLF-BA) e a perspectiva de o governo apresentar um projeto sobre o mesmo tema à Câmara dos Deputados, os agentes acompanham a questão com preocupação. Para Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, a melhor saída seria o governo buscar uma negociação com o autor do projeto já em andamento na Casa, evitando prejuízos para a regulamentação do mercado do gás natural.

"Será uma pena se o governo tomar uma iniciativa isolada e apresentar um outro projeto de lei na Câmara", lamentou Sales, que se reuniu esta semana com senadores para conhecer detalhes do andamento do tema na Casa. O coordenador de Gás Natural da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Luiz Pedro Biazoto, também lamentou a possível entrada de outro projeto de lei do gás no Congresso.

Na avaliação do executivo, se confirmada, o governo adiará, ainda mais, a regulação do mercado do gás. "Precisamos de uma definição sobre o tema logo. Dois projetos de lei em andamento no Congresso vai atrasar ainda mais a regulamentação desse mercado", disse Biazoto. O coordenador defendeu também a inclusão do mercado secundário de gás natural, que abrigaria todo o gás vendido e não despachado. Segundo ele, inicialmente, o item seria incluído no projeto de lei do governo, mas atendendo a pressões da Petrobras e de outros distribuidores de gás, o mercado secundário teria sido retirado do documento final.

"Independente do projeto, acreditamos na importância e necessidade da instalação do mercado secundário", contou Biazoto. A proposta apresentada pelo MME a agentes do setor, segundo ele, estabelecia a colocação do produto no mercado na condição de gás interruptível, ou seja, sem garantia de recebimento de forma ininterrupta. A comercialização seria feita por meio de leilões organizados pelos proprietários do gás excedente - neste caso, as termelétricas. Caso houvesse necessidade, o gás voltaria a ser utilizado pelas usinas.

O consumidor que adquirisse o gás interruptível, explicou Biazoto, teria duas alternativas: ficar sem esse gás e, conseqüentemente, parar sua produção; ou possuir uma unidade de combustível reserva, de preferência bicombustíveis. A primeira opção foi totalmente descartada pelo coordenador da Abrace, garantindo que, com a regulação dos contratos, os consumidores que pudessem ficar sem esse gás já estariam preparados, com planejamento de risco e utilização de tecnologias bicombustível.

Críticas ao PL - A Petrobras encaminhou nesta semana carta ao senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) com críticas ao projeto de lei do gás natural. O projeto do senador, em tramitação no Congresso desde meados do ano passado, pretende estabelecer um marco regulatório para o setor do gás, em uma tentativa de atrair investimentos privados. Na carta encaminhada pelo diretor de Gás e Energia da estatal, Ildo Sauer, a Petrobras diz que o projeto de lei do senador compromete os investimentos na expansão da infra-estrutura de transporte do gás no país.

O diretor tinha reunião agendada com o senador nesta semana, mas, segundo Tourinho, o encontro não aconteceu porque Sauer não pôde comparecer. O senador, no entanto, disse que sempre é possível negociar, mas não garantiu atender a todos os pleitos da Petrobras. Entre os principais aspectos que podem dificultar esse desenvolvimento, o diretor da Petrobras destacou o livre acesso aos dutos e período de exclusividade. Pelo projeto, segundo Sauer, não há um período de exclusividade de utilização da infra-estrutura de gasodutos pelos carregadores que construíram o duto, o que, na visão do diretor, aumenta os riscos do mercado.

Sauer também criticou a proposta de regime de concessão de transporte por meio de licitação. Para o diretor, essa modalidade pode tornar o processo lento e inviabilizar as decisões de investimentos. A melhor solução, segundo ele, seria o regime jurídico vigente hoje, em que os investimentos são autorizados pela Agência Nacional de Petróleo. Enquanto não há um acordo sobre os itens criticados pela estatal, o projeto continua na fila de espera para votação na Câmara de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado.

O projeto estava incluído na pauta da última quarta-feira, 8 de fevereiro, mas foi adiado para semana que vem devido às discussões e votação da emenda constitucional do PEC relacionado aos agentes de saúde. A nova estimativa é que o projeto seja apreciado e votado na próxima terça-feira, dia 14. Em paralelo, o Ministério de Minas e Energia pretende encaminhar na próxima semana um outro projeto de lei do gás à Câmara dos Deputados, segundo informações da assessoria de imprensa do órgão.

Sem muitos detalhes, a assessoria de imprensa informou que o projeto, ainda em fase final de ajustes, será uma complementação do PL do senador. O ministério chegou a se reunir com o senador Rodolpho Tourinho, mas as conversas não foram adiante. Segundo Tourinho, o ministro Silas Rondeau chegou a procurá-lo, mas o assunto gás natural rendeu pouco. "O ministro ficou de me enviar uma cópia do projeto de lei do governo, mas não recebi o documento", comentou o senador